

Atualidade e interdisciplinaridade: uma proposta para o ensino médio

Current and interdisciplinarity: a proposal for high school

Augusto Russini¹; Eliane Caldas¹; Emerson Hartmann¹; Luciane Garcia Gauthier de Souza¹; Marcos Dias¹; Janaína Pereira Pretto Carlesso²

¹Estudantes do Curso de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN);

²Profª Dra. Curso de Psicologia e do Mestrado Ensino em Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN)

E-mail: emersonhartmann@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é propor uma atividade interdisciplinar para alunos do ensino médio, a partir de um tema atual, como o da reforma da previdência brasileira. Dessa forma, buscou-se colocar em evidência a importância de práticas interdisciplinares para atividades de ensino e suas interfaces com os conteúdos curriculares e assuntos pertinentes à realidade social e econômica do Brasil. Para tanto, apresenta-se uma proposta de prática docente interdisciplinar envolvendo disciplinas de português, inglês, história, geografia e matemática. Portanto, defende-se a necessidade dos professores e alunos envolverem-se com maior profundidade e reflexividade, em temas que permitam uma interação e uma formação cidadã e crítica dos alunos.

Palavras-chave: Competências. Ciências Sociais. Educação.

ABSTRACT: This article aims to propose an interdisciplinary activity for High School students based on a current subject such as changes in Brazil's public security system. Thus, we try to highlight the importance of interdisciplinary practices for teaching instructions and their interfaces with the curricular contents and topics concerning the social and economic reality in Brazil. So, we propose an interdisciplinary teaching instruction involving the following disciplines: Portuguese, English, History, Geography and Mathematics. Therefore, we defend the idea that teachers and students should be more engaged in deeper and more reflexive topics, so that they can allow more interaction among the participants and students' critical education as well as citizen education.

Keywords: Competences, Social Sciences, Education.

Introdução

Com o aumento do acesso a informação e ao conhecimento, proporcionados pelas inovações tecnológicas e acesso à internet, a maneira pela qual a educação encara os processos de ensino-aprendizagem mudou. O ensino puramente disciplinar, desvinculado das demais áreas do conhecimento e desconectado da realidade do aluno ficou obsoleto ante as demandas da sociedade.

Para Morin (2015) há uma mudança de paradigma no campo educacional, onde a religação dos saberes torna-se indispensável para que o ensino no ambiente escolar consiga sobreviver às inúmeras pressões quanto a sua necessidade e utilidade. Fica claro que processos de transmissão e reprodução de conhecimento, que não permitem uma visão global, crítica e interativa são insuficientes ante a um mundo que se encontra extremamente interconectado e em constantes processos de transformação.

Apesar deste contexto complexo, ainda persistem na maioria dos ambientes formais de ensino a transmissão de conteúdo de maneira disciplinar, linear e fragmentado. Cenário que contribui de forma direta para inúmeros problemas dentro das escolas seja de motivação, participação e de desempenho dos alunos.

A execução de uma proposta interdisciplinar para alunos do Ensino Médio busca permitir um envolvimento maior tanto dos alunos quanto dos professores, a fim de superarmos a simples reprodução e avançarmos em busca do conhecimento significativo, contextualizado, útil e que avance na direção da ampliação do senso crítico dos alunos ante uma questão polêmica, que envolve diferentes pontos de vista, interesses diversos e principalmente consequências para toda sociedade ainda não mensuradas.

Nesse sentido será proposta uma análise crítica do tema da reforma da previdência no Brasil, por meio de notícias publicadas na mídia. A atividade será realizada contemplando os componentes curriculares: História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Num primeiro momento, será apresentado um capítulo sobre a interdisciplinaridade e posteriormente um histórico da previdência no Brasil, os dados disponíveis da previdência brasileira e uma sugestão de atividades para ser desenvolvida no Ensino Médio. Trata-se de uma proposta de intervenção na realidade, e para sua elaboração será construído um referencial teórico, por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Por fim o resultado esperado trará acréscimo no campo intelectual, mas principalmente na capacidade ética dos alunos se posicionarem, para além do senso comum, frente a um tema tão complexo quanto à previdência brasileira.

As Interfaces da Interdisciplinaridade

De forma a tornar conciso o conceito de interdisciplinaridade, Fazenda (2011) o descreve como uma atuação entre saberes, na qual os conceitos envolvidos possuem igual valor, não havendo, portanto, a prevalência de nenhum conhecimento, sendo que para tal, é imprescindível que a “atitude” dos agentes estejam alinhadas. Entretanto, Leis (2005, pág. 3) descreve a interdisciplinaridade como “contrária a qualquer homogeneização e/ou enquadramento conceitual”, desta forma, para o autor, as diferenças impulsionariam a interdisciplinaridade.

Como exemplo, o autor cita que outrora, cientistas como Galileu se aproximavam de outros estudiosos buscando compartilhar os conhecimentos a fim de acelerar o processo de conhecimento. Hoje, o surgimento de cursos com bases interdisciplinares deve ser visto como novos caminhos a serem traçados, pois ao serem constituídos por bases diferentes podem alcançar objetivos distintos (LEIS, 2005).

Por esta razão, Fazenda (2011) acredita na interdisciplinaridade como outra forma de auxiliar o desenvolvimento do conhecimento e não como uma solução para um problema na disseminação do mesmo. Para a autora, embora esse conceito busque evitar uma especialização “superficial”, ainda não é possível prever seus efeitos resultantes. Desta forma, embora valiosa, a interdisciplinaridade pode ser vilã de seu propósito, quando empregada de forma a ser uma vitrine, “girando em torno apenas de seu método”, nas palavras de Fazenda (2011, pág. 85), neste caso segundo a autora, seu propósito real ficaria oculto. Ideia semelhante à de Leis (2005), que ressalta a banalização do emprego do termo, o que demanda a necessidade da compreensão da extensão do conceito de interdisciplinaridade.

Para tal, devemos observar as peculiaridades culturais, pois a interdisciplinaridade possui enfoques particulares. Em seu trabalho, Leis (2005) identificou diferentes “escolas”: a francesa se baseia na racionalidade científica, com enfoque humanístico a qual encontra a oposição do pensamento norte-americano, cujo direcionamento é o funcionalismo social, a capacidade de ação

do homem sobre o ambiente. Paralelamente, o autor identificou que o modelo brasileiro se centraliza no pesquisador, buscando a promoção de seu conhecimento.

Independente da vertente, a interdisciplinaridade permite um aprofundamento do conhecimento e enquanto demanda, acaba por possibilitar, uma nova visão sobre os temas (FAZENDA, 2011). Para a autora, esta situação reflete o multifacetamento da realidade, que normalmente é abordado independentemente por diferentes ângulos, no caso o papel da interdisciplinaridade é permitir que a abordagem ocorra simultaneamente em diferentes frentes e assim possibilitar um entendimento mais amplo do assunto.

A Interdisciplinaridade e a Educação

Nesta seção, pretendemos abordar três aspectos concernentes à interdisciplinaridade na educação: os principais objetivos, os benefícios, e as dificuldades ainda enfrentadas nos dias atuais.

Em um mundo globalizado no qual vivemos, Thiesen (2008, pág. 550) destaca que “a escola precisará acompanhar o ritmo das mudanças que se operam em todos os segmentos que compõem a sociedade. O mundo está cada vez mais interconectado, interdisciplinarizado e complexo”.

Ao refletir sobre as palavras de Thiesen (2008), cabe aqui retomar o papel da interdisciplinaridade mencionado na seção anterior, ou seja, abordar diferentes frentes simultaneamente e, com isso, entender um dado assunto mais amplamente. Ao analisar esse papel, fica clara a necessidade de uma globalização do conhecimento, onde as disciplinas não são segmentadas, mas sim integradas. Segundo Fazenda (2011, pág. 89), o que se pretende “não é propor a superação de um ensino organizado por disciplinas, mas a criação de condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, aliando-se aos problemas da sociedade”. Podemos afirmar, portanto, que a interdisciplinaridade se serve de diversos saberes oriundos de diferentes disciplinas a fim de encontrar a solução para um problema ou de uma aproximação ao entendimento do mundo na sua totalidade e complexidade.

Estudiosos do assunto destacam alguns benefícios que a prática interdisciplinar traz para a escola. Segundo Veiga-Neto (1994), ela resultaria em

- a) um maior diálogo entre professores, alunos, pesquisadores etc., de diferentes áreas do conhecimento;
- b) um melhor preparo profissional e uma formação mais integrada do cidadão;
- c) uma Ciência mais responsável, já que seria possível trazer a problematização ética para dentro do conhecimento científico;
- d) a reversão da tendência crescente de especialização, de modo que se desenvolveria uma visão holística da realidade;
- e) a criação de novos conhecimentos, graças à fecundação mútua de áreas que até então se mantinham estanques;
- f) reverter um suposto desequilíbrio ontológico de que padece a Modernidade, isto é, reverter o descompasso entre uma pretensa natureza última das coisas e as ações humanas que tem alterado tal natureza. (pág. 145)

Conforme Thiesen (2008), uma perspectiva interdisciplinar na educação

(...) possibilita o aprofundamento da compreensão da relação entre teoria e prática, contribui para uma formação mais crítica, criativa e responsável e coloca escola e educadores diante de novos desafios tanto no plano ontológico quanto no plano epistemológico. (pág. 550-551)

É possível concluir que a interdisciplinaridade apresenta benefícios marcantes para o desenvolvimento cognitivo e pessoal do educando, bem como para a instituição escola e seus profissionais. Embora a interdisciplinaridade seja uma forma de prática pedagógica proposta há décadas e os benefícios que ela pode trazer para o processo de ensino e aprendizagem sejam

discutidos e disseminados por quem já a utilizou, ainda há certa resistência em sua aplicação. Primeiramente podemos destacar a questão da formação inicial dos professores, pois os educadores finalizam seus cursos superiores com poucas informações a respeito do trabalho docente sob o ponto de vista interdisciplinar. Fazenda (2011) acrescenta

(...) o debate inicia-se na Universidade com a necessidade de inclusão inexorável do ser humano na organização dos estudos, porém gradativamente amplia-se a um segundo patamar de preocupações: o das diferentes esferas da sociedade necessitadas de rever as exigências dos diferentes tipos de sociedades capitalistas em que o cotidiano das atividades profissionais desloca-se para situações complexas para as quais as disciplinas convencionais não se encontram adequadamente preparadas. (pág. 153)

Essa consciência que se inicia nos bancos universitários, deve ser amplamente trabalhada e aprimorada tanto na formação continuada dos docentes, como na formação em serviço. Portanto, um saber que vai sendo aprimorado e adaptado de acordo com a realidade e necessidades da sociedade em um dado período.

Além da questão da formação docente, Fazenda (2011) destaca outro fator que precisa ser observado ao se propor uma prática interdisciplinar: a necessidade de estar comprometido com a proposta e de trabalhar coletivamente e, além disso, de ter um planejamento adequado em diversos níveis, tais como recursos financeiros e profissionais, espaço físico, tempo, dentre outros. Situações de improviso no ensino não devem ser consideradas.

Luck (2001, pág. 68) descreve o sentimento de incerteza que pode surgir ao iniciar um trabalho pedagógico interdisciplinar como “sobrecarga de trabalho, certo medo de errar, de perder privilégios e direitos estabelecidos”. Acrescenta ainda que implica em “romper hábitos e acomodações”. Todos esses aspectos levantados são pertinentes visto que sair de uma zona de conforto e ir à busca de algo novo, desafiador e de certa forma desconhecido requer uma mudança de atitude.

Uma das mudanças de atitude que gostaríamos de ressaltar refere-se à relação entre professor e aluno. O professor não é mais aquele que transmite o saber e o aluno, aquele que o recebe passivamente. Ambos são atores do conhecimento o que acarreta em mudança de uma “relação pedagógica baseada na transmissão do saber de uma disciplina” para uma “relação pedagógica dialógica em que a posição de um é a posição de todos” (FAZENDA, 2011, pág. 93).

Ao refletir sobre todos os aspectos levantados pelos teóricos citados na seção, concluímos que a interdisciplinaridade faz parte de nossas vidas, pois não vemos o mundo fragmentado, mas sim, único. As diferentes áreas se conectam e dialogam frente aos desafios e demandas enfrentados pelas pessoas. Portanto, urge uma mudança no fazer pedagógico para que a escola também dialogue com esse mundo que se modifica dia-a-dia e para que os educandos possam desenvolver um agir reflexivo e o senso crítico e, com isso, produzir conhecimentos significativos.

A História da Previdência no Brasil

Poucos assuntos têm sido tão frequentemente abordados no Brasil nos últimos tempos como a reforma da previdência. Contudo, para uma melhor compreensão do tema faz-se necessário conhecer a história da previdência no Brasil e suas alterações ao longo dos anos.

Os primeiros movimentos símiles aos benefícios garantidos pela previdência brasileira datam os anos finais do século XIX, porém destinados a setores tidos como estratégicos para o Império Brasileiro privilegiando funcionários dos correios, das estradas de ferro, da Marinha e da alfândega. Na década de 1920, com a Lei Eloy Chaves houve a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP) destinadas aos trabalhadores do setor Ferroviário e posteriormente a estruturação do Conselho

Nacional do Trabalho com a finalidade de discutir as questões trabalhistas e de previdência dos trabalhadores brasileiros em âmbito mais abrangente (AGUIAR, 2017).

Somente na década de 1930, na Era Vargas, as questões relacionadas à esfera trabalhista e previdenciária tomaram corpo e se estenderam a nível nacional com a efetivação do Instituto de Aposentaria e Pensões (IAPs) e com a Constituição de 1934 onde os recursos para os fundos de pensões passaram a ter a contrapartida dos empregadores, empregados e do Estado (SOUZA, 2013). Esses movimentos levaram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 e a criação do Departamento Nacional de previdência Social (FAUSTO, 2001).

Nos anos 1960, houve significativos avanços nas políticas sociais como a criação da Lei Orgânica da Previdência Social com o intuito de padronizar os benefícios e ampliá-los (foram aprovados o auxílio reclusão, auxílio natalidade, auxílio funeral) e a inclusão dos trabalhadores rurais. Em 1963 foi aprovado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) atual Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Durante o regime militar foi estabelecido o salário mínimo, salário família, férias remuneradas e jornada de trabalho de oito horas diárias (AGUIAR, 2017).

Com a redemocratização e a Constituição de 1988, a Previdência Social toma contornos mais abrangentes contemplando todos os trabalhadores brasileiros, mantendo seu caráter contributivo e maior centralização na gestão, contudo o ineficiente sistema de gerenciamento não garantiu na prática a concretização dos objetivos de promover a cidadania por meio da universalização dos benefícios (SOUZA, 2013).

Os anos 1990 foram caracterizados por retrocessos nos direitos, desde o governo Collor em que a inflação retirava constantemente o poder aquisitivo dos beneficiados, e o governo de Fernando Henrique Cardoso que instituiu maiores patamares de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para os homens) e o estabelecimento do fator previdenciário (uma fórmula que reduz os benefícios se o trabalhador se aposentar com menos idade e concomitantemente diminuindo o déficit previdenciário brasileiro). Essas medidas na prática vão de encontro aos benefícios antes garantidos aos trabalhadores brasileiros (AGUIAR, 2017).

Os governos de Lula e Dilma propuseram poucas alterações nas políticas de previdência, focando mais na revisão dos benefícios concedidos aos trabalhadores do setor público e em 2015 a aprovação da alteração da idade para aposentadoria com a proposta de 85 anos para mulheres e 95 para homens (soma do tempo de serviço mais o tempo de contribuição) (AGUIAR, 2017).

O governo de Michel Temer tenta por meio de articulações políticas reestruturar o modelo de Previdência do Brasil, mas até o momento não passam de hipóteses em que os maiores prejudicados serão os trabalhadores brasileiros.

Evidencia-se que desde as conquistas obtidas ao longo do século XX, os trabalhadores muitas vezes ficaram a margem das garantias devido a inflação, o desemprego, a má administração pública e as constantes tentativas de reformulação em que o alvo sempre foram os trabalhadores que, apesar de contribuírem, são vistos e entendidos como os causadores dos déficits previdenciários.

Para melhor embasamento sobre o tema da Previdência serão apresentados os principais dados disponíveis sobre as características da população brasileira.

Previdência e os Dados Disponíveis

Quando se discute a questão previdenciária, seja no Brasil ou em qualquer outro país, a questão demográfica é o ponto de partida para o debate e para a tomada de decisões.

O Brasil é um país que realizou sua transição demográfica durante a segunda metade do século XX, iniciando o século XXI com indicadores de um país com transição demográfica concluída. Neste sentido, é de fundamental importância saber que a expectativa de vida brasileira atingiu, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017, pág. 4) “75,8 anos para o total da

população”, existindo, ainda diferenças entre a população masculina (72,2 anos) e feminina (79,4 anos).

Dentro deste indicador cabe destacar que essa expectativa de vida apresenta resultados crescentes, desde o início das tabulações realizadas pelo IBGE ainda na primeira metade do século XX. Outro dado a ser levado em conta é, conforme BRASIL (2015) a diminuição das taxas de fecundidade da população brasileira, ou seja, existe um ritmo de crescimento populacional menor, o que ocasiona cada vez mais a diminuição de jovens em paralelo ao envelhecimento da população decorrente do aumento da expectativa de vida.

O sistema previdenciário brasileiro é diretamente impactado pelas mudanças demográficas, pois o aumento do percentual de aposentados representa um aumento de custo para a previdência e significa que uma parcela menor de contribuintes arcará com os custos deste regime. O presidente da república, Michel Temer, ao defender a reforma previdenciária, utilizou-se dos dados fornecidos pelo IBGE, e fez a afirmação divulgada no portal G1 por Garcia (2017)

“Com o trabalho que o IBGE faz é que nós podemos conduzir a nossa política. E não é de hoje que os dados do IBGE, claríssimos, indicam que a população brasileira, graças a Deus, está vivendo mais. E por isso que o Paulo [Rabelo de Castro] disse que a reforma da Previdência é inadiável”.

Outra projeção realizada a partir dos dados estatísticos disponíveis é que o valor despendido com previdência crescerá de forma insustentável em médio prazo, segundo o Ministério da Fazenda haverá um salto do valor atual de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) para 23% do PIB em 2060. Todavia estes argumentos são utilizados pelos segmentos favoráveis a reforma da previdência, sendo necessária a análise de muitos outros indicadores de forma conjunta, a fim de que se possa entender o cenário de forma global.

Aspectos que tangem à administração dos recursos públicos de forma correta, respeitando o previsto na Constituição Brasileira quanto a destinação do orçamento e ações que permitam combater a corrupção, desvios, ilícitos são de fundamental importância para se estancar a sangria dos cofres públicos no que se refere aos recursos para manutenção e viabilidade da previdência.

Outro fator fundamental é a realidade econômica e social brasileira, em um país com mais de duas dezenas de milhares de desempregados, crise econômica, mudança de leis trabalhistas, apenas com aumento do tempo de serviço não se resolverá o “o problema” previdenciário. Além do que mesmo com redução do crescimento populacional, há outro problema segundo Pochmann (2008, pág. 44) “com mais de 2,3 milhões de pessoas ingressando no mercado de trabalho anualmente é preciso que a economia nacional cresça pelo menos 5% ao ano somente para absorver esse contingente”, ou seja, o Brasil que apresentará no ano de 2017 um crescimento na casa dos 0,5%, não conseguirá inserir no mercado de trabalho nem mesmo o contingente populacional resultante de um baixo crescimento demográfico.

Por fim há de procurar entender e quantificar as consequências de se obrigar um tempo de trabalho maior, ao mesmo tempo em que o próprio mercado exclui o segmento populacional mais velho de grande parte das oportunidades de emprego.

Proposta de atividade interdisciplinar com o tema da Previdência no Brasil

Apresentado referencial teórico que subsidiará a realização da atividade acrescido do histórico da previdência no Brasil e os dados disponíveis passaremos a aplicação da proposta interdisciplinar com os estudantes.

A atividade será aplicada no 2º ano do Ensino Médio e terá como tema a Reforma da Previdência no Brasil e será desdobrada nas aulas dos componentes Curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História, Geografia e Matemática. Para a finalização das atividades,

professores e estudantes utilizarão apoio dos profissionais das tecnologias educacionais presentes no ambiente escolar.

A atividade interdisciplinar proposta assume a perspectiva de um projeto com duração de um semestre letivo culminando na elaboração de um produto, um documentário que será apresentado para todos os estudantes do Ensino Médio durante a Feira Científica promovida pela escola, e posteriormente divulgada, mediante autorização da Gestão Escolar, na página oficial da instituição e demais feiras científicas externas destinadas ao público do Ensino Médio.

O primeiro passo para a operacionalização do projeto consiste em duas horas semanais de estudo dos professores envolvidos, para tanto a articulação entre docentes e gestão escolar torna-se um dos pilares fundamentais para a viabilidade da atividade. Após estudos do currículo escolar e do tema, os professores em seus componentes curriculares iniciam as atividades. O primeiro componente curricular a abordar a temática é História, onde apresenta os avanços da previdência no Brasil, por meio de pesquisas em livros didáticos, sites oficiais do governo e páginas confiáveis da Web, para tanto contará com o apoio dos profissionais de tecnologias presentes na escola.

Após conhecerem o tema numa perspectiva histórica, os estudantes na disciplina de Geografia ampliam os conhecimentos sobre os dados estatísticos da Previdência com pesquisas em livros didáticos e na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e contará com o apoio do componente curricular Matemática para o entendimento e estratificação dos dados.

Finalizada esta etapa, os docentes avaliam o andamento e alinham as próximas fases. Nesse momento, a disciplina de Língua Portuguesa apresenta a reportagem do jornal O Globo, de 4 de maio de 2017 (Figura 1), onde apresenta os principais pontos da Reforma da Previdência proposta pelo governo de Michel Temer. O docente trabalhará com a análise crítica dos textos divulgados.

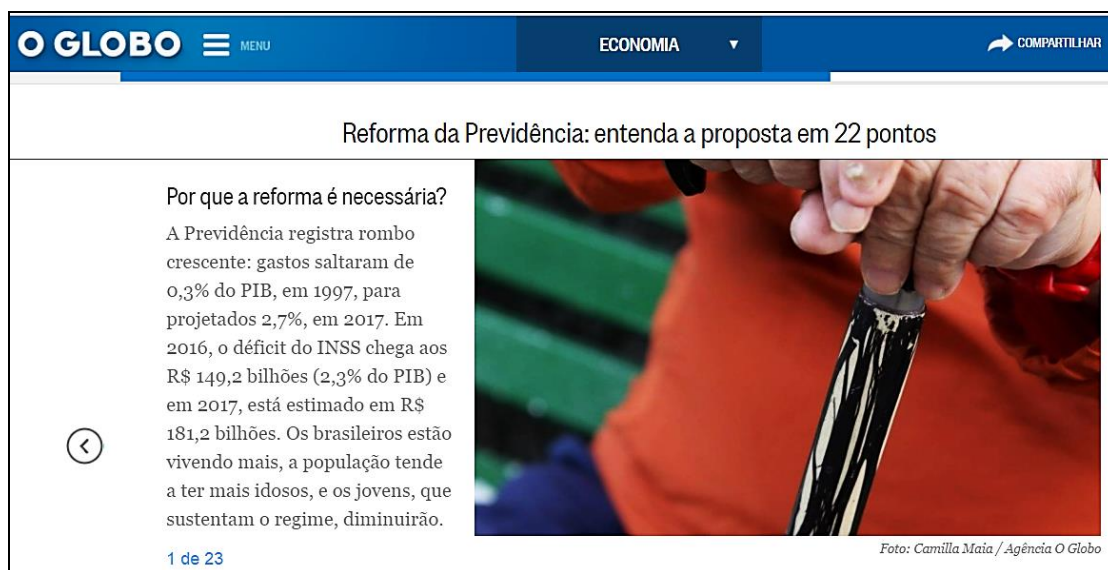


Figura 1. Matéria informativa do Jornal O Globo sobre as Reformas na Previdência.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/economia/reforma-da-previdencia-entenda-proposta-em-22-pontos-19744743>.

Nessa mesma lógica, na disciplina de Língua Inglesa será proposta a análise crítica da reportagem do jornal Folha de São Paulo para compreender como é divulgada a Reforma da Previdência no contexto internacional (Figura 2).

Concluída estas etapas, os alunos por meio de um seminário envolvendo as disciplinas do projeto discutem seus posicionamentos, os dados sobre a economia nacional, a demografia do Brasil, os prós e contras da efetivação da reforma da previdência no modelo proposto pelo governo e principalmente como ficará a situação dos trabalhadores brasileiros e dos jovens que ingressam no

mercado de trabalho. Findado o seminário, os estudantes serão desafiados com o apoio dos professores a construírem em grupo um documentário sobre a reforma da previdência para posterior exibição na escola e feiras científicas destinadas ao Ensino Médio.



Figura 2. Transição abrupta no sistema público de previdência social brasileiro.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/business/2017/04/1872218-abrupt-transition-in-brazils-public-social-security-system-creates-gap-in-the-same-generation.shtml>.

Considerações Finais

Embora o cenário atual seja caracterizado por muitas incertezas, dúvidas e questionamentos sobre o futuro do ensino, a prática interdisciplinar é hoje uma das alternativas ante ao cenário complexo da atualidade. Dessa maneira, é válido lembrar que atividades interdisciplinares buscam ir além de uma abordagem compartimentada e disciplinar, buscando encontrar pontos de convergência para oportunizar maiores oportunidades de construção do conhecimento, tanto para professores quanto para alunos.

Sendo assim, a utilização de um tema altamente polêmico e atual quanto à reforma da previdência brasileira, permitirá atingirem-se alguns pressupostos necessários ao ensino do século XXI, como incentivo à contextualização, interdisciplinaridade, criticidade, posicionamento ético e valorização dos conhecimentos produzidos pelos próprios alunos.

Portanto, a proposta de atividade de ensino desenvolvida, conduzida à luz de princípios interdisciplinares, busca uma participação ativa e que permita a oportunidade do diálogo dentro do ambiente escolar e a produção de um conhecimento significativo.

Referências

AGUIAR, João Paulo Vasconcelos. História da Previdência no Brasil. **Politize**, São Paulo, 18 jul. 2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/historia-da-previdencia-no-brasil>. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil - 2016. Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Disponível em:

[ftp://ftpág.ibge.gov.br/Tabuas Completas de Mortalidade/Tabuas Completas de Mortalidade 2016/tabua de mortalidade 2016 analise.pdf](ftp://ftpág.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf). Acesso em 06 de dezembro de 2017.

Atualidade e interdisciplinaridade: uma proposta para o ensino médio

Augusto Russini; Eliane Caldas; Emerson Hartmann; Luciane Garcia Gauthier de Souza; Marcos Dias; Janaína Pereira Pretto Carlesso

BRASIL. **Taxa de fecundidade caiu 18,6% em 10 anos no País.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/taxa-de-fecundidade-caiu-18-6-em-10-anos-no-pais>. Acesso em 11 de dezembro de 2015.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo, USP, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro. Efetividade ou ideologia.** São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.

GARCIA, Gustavo. **Dados do IBGE mostram que reforma da previdência é inadiável.** G1, Brasília, 08 Mai. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-preve-uma-decada-para-uniao-conseguir-equilibrar-arrecadacao-e-gastos.ghtml>. Acesso em 06 de Dez de 2017.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências Humanas.** Nº 73. Florianópolis, Agosto de 2015.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia da interdisciplinaridade. Fundamentos teórico-metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2015.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo: Boitempo, 2008.

SOUZA, Luciana Virgília Amorim. A previdência no Brasil: uma longa história para contar. In: **Democracia digital e governo eletrônico.** Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/previd%C3%Aancia-social-no-brasil-uma-longa-hist%C3%B3ria-para-contar>. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

THIESEN, Juarez Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2008, vol. 13, n. 39, pág. 545-554.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. **Produção e construção do conhecimento nas diferentes disciplinas - a problemática da interdisciplinaridade.** In: ENDIPE, VII., Goiânia. Anais... Goiânia: UCG, 1994, p-8.